

XVII CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ

Tecnologias da Educação: passado, presente, futuro



Anais XVII Congresso de História da Educação do Ceará. V.1, 2018, ISSN 2237-2229

O DISCURSO MÉDICO E ESPAÇO URBANO: RELAÇÕES POSSÍVEIS, FORTALEZA NO SÉCULO XIX

Luciana de Moura Ferreira²²⁷

RESUMO

A partir de 1980 a cidade tornou-se objeto de estudo não apenas de arquitetos e engenheiros, mais também dos sociólogos e historiadores que sobre ela vem produzindo discursos, representações e debates, que não se hierarquizam, mas se complementam ou se contradizem, produzindo assim, a cidade como espaço de sociabilidades e de práticas culturais, experimentadas por diversos segmentos sociais em diferentes momentos históricos. Partindo dessa perspectiva da cidade como objeto de estudo histórico, esse artigo propõe-se a compreender as mudanças urbanísticas, comportamentais e sanitárias que a cidade de Fortaleza passou, durante o século XIX, afinal esse foi um período de intensas transformações urbanísticas, orientadas por engenheiros e médicos sanitaristas, a partir da difusão das teorias médicas em voga no período. A perspectiva teórica adotada nesse estudo é da História Cultural do Urbano, tendo como arcabouço teórico os estudos de Pesavento (1999), Bresciani (1991) e Le Goff (1998), como fonte de pesquisa utilizamos o ‘Jornal Cearense’, além do levantamento da bibliografia Local, em especial dos autores: Farias (2008); Barbosa (2001); Souza (1998) além dos pronunciamentos da Câmara municipal de Fortaleza e as Leis Provinciais. Os

²²⁷. Doutora em História da Educação Brasileira, pela Universidade Federal do Ceará – UFC, na Linha de Pesquisa História da Educação Comparada. Professora da Faculdade Novo Tempo de Itapipoca – FNTI. E-mail: lucianamoura797@gmail.com

resultados foram analisados a partir das discussões do micropoder (FOUCAULT, 1984); do pensamento sanitaria (COSTA, 2004) e da teoria dos miasmas (FREIRE, 1980). Finalmente, compreender o processo de urbanização da cidade de Fortaleza, é compreender a contribuição das teorias médicas e da política sanitaria difundida na cidade, e como esses foram utilizados pelos grupos políticos envolvidos na urbanização e pelos interesses da igreja com a instalação da Santa Casa de Misericórdia.

Palavras – Chave: Fortaleza. Reforma Urbana. Teorias médicas

INTRODUÇÃO

A cidade é lócus das transformações oriundas em sua grande maioria dos ordenadores desse espaço e de acordo com os anseios de uma parte da população, dessa maneira, a cidade é constituída a partir do imaginário dos seus idealizadores e do uso que os cidadãos comuns fazem de seu espaço, tornando-se assim um espaço de combate entre os discursos e as práticas que se contrapõem, porém são esses embates por vezes silenciosos outras vezes difundidos em jornais ou nos púlpitos da Igreja ou praças que constituem a cidade.

Fortaleza não foge a essa regra, apesar de sua peculiaridade em relação às outras cidades brasileiras tais como Recife, Salvador, Rio de Janeiro que desde sua constituição eram centros de nucleação populacional e econômica, Fortaleza ao contrário destas não se desenvolveu como centro econômico e nuclear, processo esse que só veio ocorrer na segunda metade do século XIX, isso ocorreu por razões diversas dentre as quais podemos destacar sua independência de Recife.²²⁸

Momento esse que Fortaleza passou a ser beneficiada com obras que garantiram sua elevação a capital do Ceará, dentre as obras destacamos as obras do Porto, a abertura de estradas que ligavam a capital as zonas de produtoras mais próximas além da instalação do comércio exportador. Somado a essas mudanças, a capital assistiu o crescimento populacional ocasionado pelo êxodo rural, que migravam devido à estrutura latifundiária ou pelas secas que assolavam o Ceará. Além dos migrantes da zona rural, Fortaleza também assistiu a chegada de latifundiários em busca de desenvolver negócios assim como comerciantes nacionais e

²²⁸ LEMENHE, Maria Auxiliadora. As razões de uma cidade. Fortaleza: Stylus comunicações, 1991.

Anais do XVII Congresso de História da Educação do Ceará. V.1, 2018, ISSN 2237-2229

Linha de História e Educação Comparada

Universidade Federal do Ceará

estrangeiros ligados à importação e exportação ou mesmo interessados em instalar algumas fábricas dentre outros interesses.

A proposta desse artigo é analisar as teorias médicas que estiveram presentes no Ceará e que contribuíram tanto para o processo de modificação urbana da cidade quanto para a conscientização da importância de um hospital. Convém destacar que as teorias difundidas entre os séculos XVII e XVIII no Brasil, foram elementos fundamentais no processo de educação do corpo e dos hábitos dos habitantes da urbe. Para desenvolvermos essa análise, analisamos os discursos e as representações encontrados em relatórios de médicos, dos administradores públicos assim, como nos escritos dos intelectuais cearenses, além da pesquisa no Jornal “O Cearense”, quanto ao arcabouço Teórico dessa pesquisa parte do conceito de Medicina Social de Foucault (1984) CANGUILHEM (2002); o conceito de ordenamento do espaço urbano de Claval (1997) e Choay (2003) Lhemene (1991).

Portanto, a remodelação do espaço urbano de Fortaleza, durante a segunda metade do século XVIII e século XIX, estava inserida no discurso médico que apregoava a higienização das cidades. Ressaltamos que existia um diálogo entre as instituições nacionais de saúde como a Academia Imperial de Medicina, localizada no Rio de Janeiro, e a Escola Tropicalista de Medicina, localizada na Bahia e as entidades cearenses responsáveis pela saúde e higiene.

DISCURSO MÉDICO E ESPAÇO URBANO: RELAÇÕES POSSÍVEIS

Na segunda metade do século XIX a cidade passou por mudanças em sua infraestrutura, especialmente nos equipamentos urbanos, visando atender aos modelos de modernização e embelezamento apregoados pela Europa. Diante dessas transformações, iniciou-se uma política de disciplinamento dos espaços e controle da população. Dentre as principais transformações urbanas, destacamos o calçamento das ruas centrais, a canalização da água, os primeiros bondes, a instituição de linhas de navios a vapor para o Rio de Janeiro e Europa, a constituição de jornais e bibliotecas, praças, clubes, a instalação do Hospital da Misericórdia dentre outros símbolos que representavam a modernização da capital cearense.²²⁹

²²⁹ PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1830). 2.ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. 1999.

Diante da instalação desses equipamentos e instituições, Fortaleza assim como todas as cidades que passavam por remodelações urbanísticas e crescimento econômico, tem seu cotidiano aguçado por conflitos políticos e sociais, o crescente número de bacharéis, intelectuais, comerciantes e burgueses ver emergir uma massa de desvalidos, desempregados e um aumento da pobreza. A percepção dessa classe indesejada para uma cidade que almejava a modernização estimulou a ideia de controle social através da instalação de um modelo de disciplinamento da população e do espaço urbano, nesse momento entra em voga na capital cearense a medicina sanitária, com o intuito de controlar e reajustar socialmente as camadas populares, prioritariamente no que concerne ao corpo, hábitos e saúde.

Medidas de disciplinamento da população já estavam em voga no Brasil desde a promulgação do código penal republicano, que havia sido constituído com o objetivo de fiscalizar e controlar as práticas médicas exercidas no Brasil. No entanto, devido à ausência de profissionais formados no Ceará, essa medida só tornara-se relativamente possível a partir da segunda metade do século XIX, momento em que chegam ao Ceará os primeiros médicos formados. Enfim, a medicina social propunha a difusão da medicina pública assim como o controle da prática da medicina.²³⁰

Recorrendo as origens da medicina social, entendemos que ela atua a partir da integração da doença e das doenças, seja analisando as condições sanitárias do espaço urbano ou das práticas médicas, sobre a medicina social, Foucault nos informa que a medicina social não se trata de,

Uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas de uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência (...). A relação entre organismo e meio será feita simultaneamente na ordem das ciências naturais e da medicina. Não se passou da análise do meio a dos feitos do meio sobre o organismo (...)²³¹

A medicina social, ou medicina urbana originou-se na Europa ainda no século XVIII, por ocasião da revolução industrial, a mesma teve como intuito medicalizar o espaço e os indivíduos, para assim garantir o desenvolvimento do sistema nascente, Michel Foucault,

²³⁰ MACHADO, Roberto *Ciência e saber. A trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal. (1981)

²³¹ FOUCALT, Michael. O nascimento da medicina social. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Graal. 1984, p. 92.

defende que o primeiro objetivo dessa nova forma de pensar a medicina, foi medicar o corpo que trabalha e produz, afinal,

(...) o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A Medicina é uma estratégia biopolítica.²³²

A adoção das medidas disciplinares a partir da aplicação da medicina social ocasionou em Fortaleza uma série de reformas no espaço público e especialmente no controle dos indivíduos indisciplinados, pois passaram a serem levados em consideração os comportamentos, hábitos as condições sociais e econômicas dos indivíduos, essas medidas foram adotadas com o intuito de combater as doenças e sua expansão na cidade. Afinal, a ideia da medicina como um biopoder infere o direito do governante sobre a vida dos governados.

Ao estabelecer o controle sobre a vida e os hábitos dos cidadãos da capital, o presidente da Província estava garantindo e organizando o comportamento desses cidadãos através de sistemas de adestramento das forças e dos corpos desses indivíduos. Afinal a disciplina do corpo foi um instrumento fundamental para o ajustamento dos indivíduos as mudanças pelas qual Fortaleza passava na segunda metade do século XIX. Em Fortaleza, no ano 1866 as obras de pavimentação urbana eram prioridade do Estado, *“faz-se muito necessário prolongar o calçamento da rua da assembleia até o colégio de educandos artífices, a fim de facilitar o transito para o outeiro, onde além d’aquelle estabelecimento, há o seminário episcopal e uma crescida população. Para levar-se a efeito este melhoramento já mandei construir um boeiro sobre o riacho Pajehu.”*²³³

As transformações urbanas em Fortaleza eram baseadas nas teorias médicas em voga na Europa que iam desde as ideias dos miasmas, do contágio e epidemia. Apesar da adoção das teorias europeias, os poderes públicos da capital cearense também voltavam suas preocupações para a questão da salubridade, manutenção da ordem, combate aos vícios e segurança. Por fim podemos inferir que a associação do poder público aos saberes médicos e científicos almejavam a disciplinarização da mente e dos corpos dos indivíduos, consequentemente dando uma nova roupagem as formas de viver e administrar a cidade.

²³² FOUCAULT, 1984. op. Cit., p.80.

²³³ Relatório da Província de Fortaleza. 1º de jul. 1866. Presidente da Província Francisco Ignácio Homem de Melo.

Em fins do século XVIII, o Ceará foi atingido por uma grande seca, a qual ocasionou uma epidemia de varíola, segundo Studart, morreram em Aracati 600 pessoas, ao mesmo tempo em que a epidemia se expandiu pelo sul do Ceará, causando devastações na ribeira do Acaraú e Sobral. A fim de combater a epidemia, veio de Pernambuco uma comissão composta por dois licenciados, um boticário e dois sangradores, essa comissão era chefiada pelo Dr. João Lopes Cardoso Machado²³⁴. Conhecedor da teoria miasmática, o Dr. João Lopes Cardoso Machado elaborou um relatório com instruções sobre medidas que deveriam ser adotadas na Província, as instruções por ele apresentadas ao presidente da Província de Pernambuco, orientavam para a urgência da reforma urbana e dos costumes na província do Ceará, pois segundo ele, a epidemia que assolava a capitania era proveniente dos miasmas que eram levados pelos ventos, condição essa que associada ao clima e aos hábitos de higiene gerava a difusão das epidemias no Ceará.²³⁵

Nesse período a cidade de Fortaleza era Província de Pernambuco, e apresentava sua configuração urbana ainda pouco desenvolvida e mesmo os hábitos dos seus habitantes ainda eram distantes dos modelos apregoados pelos tratados de civilidade produzidos na Europa e mesmo no Rio de Janeiro, Pernambuco e Salvador. Desta feita, para compreendermos o processo de instalação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia em Fortaleza, nos exige a compreensão da cidade e dos fatores que propiciaram a sua instalação. Afinal, como historiadores, compreendemos que a difusão de hábitos, valores e mesmo as teorias médicas foram elementos contribuintes do processo de reordenamento urbano.

Analisar a concepção de saúde e doença no século XIX na cidade de Fortaleza é compreender como os saberes médicos interferiram no espaço e no modo de vida de seus habitantes e de que forma interferiram nas técnicas de organização da urbe e do controle sobre os indivíduos, pois entender como os homens organizam o espaço é uma forma de —responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e tentar compreender a maneira como eles aprendem a se definir, a construir sua identidade e a se realizar.²³⁶

²³⁴ Dr. João Lopes Cardoso Machado, autor do —Dicionário médico-prático, que era utilizado para tratar as questões da saúde pública onde não existiam profissionais da saúde de medicina.

²³⁵ STUDART, Guilherme (Barão de). Datas e Factos para a História do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, Biblioteca Básica Cearense, edição fac-símile, vol. II, 2001.

²³⁶ CLAVAL. P. As abordagens da geografia cultural. IN: Explorações Geográficas. (Orgs) I. Castro et al. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. Pp.89-117, 1997, p. 89.

O discurso médico foi elaborado ao mesmo tempo em que ocorria a reorganização do poder público. As ciências humanas foi uma das áreas mais influenciada pelas teorias médicas, pois o médico higienista devido a sua proximidade com a população levou as ciências humanas a olhar sobre outro ângulo para as questões sociais. Pois o médico higienista não apenas diagnosticava as doenças, mas também determinava a medicalização do indivíduo e do seu grupo social.²³⁷

No Ceará, dentre as medidas adotadas após a visita da comissão do Dr. João Lopes Cardoso Machado, é instituído o cargo de médico da pobreza, o qual tinha como função,

1º receitar e curar todas as pessoas pobres, inclusive os presos, que também forem pobres, receitando-os por um formulário (ou fora delle quando julgar conveniente) que deverá apresentar a câmara municipal desta cidade para esta contactar um boticário, que por menos o fizer.

2º visitar os doentes se for necessário, todos os dias, sendo, além disto, encarregados de vacina, com exclusão de outro qualquer facultativo.

3º comunicar no fim de cada mez, ao presidente da provincia, e publicar pela imprensa, sendo possível, o numero de pessoas que experimentão o seu curativo e o bom ou mal estado dele.²³⁸

Analisando o decreto, compreendemos que o governo detinha preocupação com o estado de saúde da população pobre, desta feita, inferimos que essa preocupação estava associada às teorias médicas vigentes no período, as quais determinavam que as condições de higiene fossem ainda mais precárias entre a população pobre. Segundo Oliveira²³⁹ (2007, p. 49), “a pouca ou até mesmo a falta de higiene dos pobres, hábitos alimentares e sua forma de viver põem a cidade em risco constante de doenças”. Portanto, a pobreza era compreendida como elemento facilitador da propagação das doenças, diante disso, cabia ao médico à função de exercer o controle desses indivíduos, através da vacinação, isolamento, tratamento e cura de enfermidades, assim como de informar as autoridades sobre os números de indivíduos curados e do estado de saúde.

Partindo do exposto, podemos perceber que na primeira metade do século XIX, o discurso médico higienista influenciou a medicalização da sociedade e da urbe cearense, alterou as habitações e a forma de ocupação da cidade, ditou normas de higiene a serem praticadas pelos habitantes. A política higienista orientava a localização das moradias, dos prédios

²³⁷ CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

²³⁸ Lei nº 133 de 31 de agosto de 1838. In coleção de leis, decretos e regulamentos da Província do Ceará. Parte I. Ceará: Typografia Commercial, 1862, pp.167-168

²³⁹ OLIVEIRA, 2007. op. Cit., p. 49

públicos, dos serviços e mesmo da economia. Os códigos de postura cearenses foram elaborados a partir dos tratados higienistas, pois, a partir das políticas higienistas a cidade passa a ser pensada como espaço de salubridade.²⁴⁰

Portanto, a remodelação do espaço urbano de Fortaleza, durante a segunda metade do século XVIII e século XIX, estava inserida no discurso médico que apregoava a higienização das cidades. Ressaltamos que existia um diálogo entre as instituições nacionais de saúde como a Academia Imperial de Medicina, localizada no Rio de Janeiro, e a Escola Tropicalista de Medicina, localizada na Bahia e as entidades cearenses responsáveis pela saúde e higiene.

O processo de ordenamento do espaço cearense pode ser compreendido a partir de duas vertentes históricas: a primeira seria através da influência das teorias europeias de planejamento urbano, as quais foram elaboradas a partir das concepções de saúde e doença. O modelo em questão considera a relevância do saber médico na ordenação do espaço urbano e na difusão de normas de higiene na população.

A segunda vertente, diz respeito ao clima cearense, que teve relevante influência na criação e instituição de políticas sanitárias na cidade de Fortaleza, pois devido às secas, e ao crescente aumento populacional ocasionado por elas, o número de epidemias que acometiam a capital elevavam as taxas de mortalidade e mendicância. Como consequência das secas, o poder público passou a adotar o higienismo como forma de organizar a urbe.

A cidade de Fortaleza teve parte do seu desenvolvimento urbano atrelado à história das secas no Ceará, afinal era devido à constância dos períodos de estiagem, que a capital recebia auxílio econômico do governo imperial. A ajuda oferecida pelo governo era empregada na construção de obras públicas²⁴¹ que tinham como finalidade empregar os flagelados da seca que estavam na capital, dessa feita segundo Costa “Fortaleza foi sendo edificada de seca em seca”.

Segundo a teoria dos miasmas, no século XIX, Fortaleza era uma cidade salubre. No entanto, devido à constância dos períodos de estiagem, associados a uma ocupação desordenada da cidade, a capital representava o ambiente adequado para a proliferação de epidemias. Essa inconstância climática na capital cearense culminava em políticas de ordenamento contraditórias, pois enquanto as teorias miasmáticas se voltavam para a higiene do corpo e dos

²⁴⁰ CHOAY, Françoise. O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia (1965). São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

²⁴¹ Como exemplo das obras públicas construídas durante as secas no século XIX, podemos citar: Açudes; A Estrada de Ferro que ligava Sobral ao porto de Camocim; e a estrada de ferro que ligava Baturité a Fortaleza, dentre outras.

espaços públicos e privados, a teoria do contágio exigia o isolamento dos indivíduos contaminados; a vacinação contra a varíola e a transferência dos prédios insalubres para espaços onde havia livre ventilação. Dentre as medidas higienistas adotadas na reordenação do espaço urbano de Fortaleza, destacaram-se as que consideravam os elementos disseminadores das doenças, ou seja, o ar, a água e construções.

As medidas higienistas foram incluídas no código de posturas da cidade e dessa forma ocorria o processo de medicalização e disciplinamento dos espaços públicos e privados. Durante todo o século XIX, Fortaleza desenvolveu-se urbanisticamente, tendo em alguns momentos seu crescimento seguido as urgências impostas pelo aumento populacional, e outras vezes seguidas propostas elaboradas por urbanistas.

INTERVENÇÕES MÉDICAS EM FORTALEZA

No Ceará as epidemias de cólera e varíola são ocasionalmente associadas à seca, sendo comum essa notícias nos jornais normalmente relatados pelos médicos que defendem serem as causas das secas e doenças associadas à questão do manejo do solo e a falta de disciplina dos cearenses. A seca de 1845 – 1846 recebe destaque no jornal *O Cearense*, que retrata a seca do período que ocasionou diversos problemas de ordem médico sanitárias em Fortaleza.

O aparecimento da Varíola logo é associado ao período de seca que assolou o Ceará nesse período, ocasião em que se percebe a urgência da adoção de medidas sanitárias e a instalação de um hospital de caridade para atender os indigentes acometidos pelas febres variolíticas. Essas medidas passam a ser idealizadas pelo poder público à medida que pessoas acometidas pela varíola chegavam a Fortaleza e disseminavam a doença por onde passavam ocasionando verdadeiros surtos epidêmicos. Salientamos que durante o período de 1825 a 1845, Fortaleza torna-se o local de aglomeração dos retirantes vindos tanto do interior quanto de outras províncias.²⁴²

As calamidades ocasionadas pela epidemia alteraram diretamente a capital, que até então não havia percebido a urgência de instituir espaços para o atendimento dos doentes e indigentes, afinal a varíola disseminou-se e além das vítimas vindas do interior fez vítimas na

²⁴² STUDART, Guilherme (Barão de). *Datas e Factos para a História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, Biblioteca Básica Cearense, edição fac-símile, vol. II, 2001.

capital, além dos prejuízos econômicos advindos do fechamento de comércios e paralisação do desenvolvimento urbano. Diante do caos estabelecido pela epidemia que grassava Fortaleza, o governo mobilizou médicos e ações assistencialistas, tais como a obrigatoriedade da vacinação dentre outras medidas, no entanto os efeitos da mobilização foram irrelevantes frente à epidemia.

Apesar da crescente preocupação com a higienização da cidade, as ações relativas à saúde pública eram insuficientes frente às necessidades impostas pela modernização do espaço urbano, uma vez que os investimentos do poder público nessa direção estavam longe de atender à complexidade das obras que eram exigidas nesse sentido. O combate aos surtos epidêmicos era ainda dificultado pelo preconceito da população em relação a vacinação, aos cuidados médicos, aos lazaretos e casas de saúde.

A população apresentava “uma lamentável repugnância contra a inoculação da vacina”. Segundo o relatório da saúde pública, as pessoas rejeitavam a vacina sendo necessário que o inspetor fosse “as escolas públicas, pois não havendo mais receios da varíola, a população deixa de recorrer ao seu preservativo.”²⁴³

A população de fortaleza, na segunda metade do século XIX, não era educada para a prevenção das doenças. A ausência da educação para a higiene e prevenção de doenças, era compreendida pelos órgãos responsáveis pela saúde pública como uma necessidade urgente do disciplinamento dos indivíduos, orientando-os para o cuidado de si. O relatório da saúde pública do ano de 1870, recomendava as autoridades a difusão de medidas pois, “a saúde de um povo não é objeto de tão pouca monta, que possa ser despresada por aqueles que o governam e a sua adopção dos meios necessários á sua conservação e ao seu bem estar, não pode deixar de ser levada à cathegoria de medida de ordem pública.”²⁴⁴

Das entrelinhas das orientações do inspetor da saúde, depreendiam-se técnicas de controle e disciplinamento da população como uma responsabilidade do poder público. Afinal, a educação dos indivíduos, ocorria através do poder coercitivo do Estado. Segundo Godinho,

Na concepção foucaltiana de poder existem poderes disseminados em toda a estrutura social por intermédio de uma rede de dispositivos da qual ninguém, nada escapa. O

²⁴³ Relatório da Província de Fortaleza. 1º de set. 1870, p. 26. Presidente da Província, João Antonio de Araújo Freitas Henriques.

²⁴⁴ Relatório da Província de Fortaleza. 1º de set. 1870, p. 26. Presidente da Província, João Antonio de Araújo Freitas Henriques.

poder único não existe, mas existem práticas de poder (...) o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce (...)²⁴⁵

Compreendemos que ao exigir do governo a adoção de medidas para a conservação da saúde dos indivíduos e salubridade da cidade, o inspetor da saúde sugeria o disciplinamento da sociedade. Após a epidemia de 1845- 1846, o governo do Ceará, percebeu a urgência de investir em medidas político hospitalares, colocando em prática a construção e o funcionamento do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, além de promover o discurso político de instalação de políticas sanitárias na cidade, afinal.

As técnicas de urbanização tinham que levar em conta esses obstáculos. Paralelamente à reeuropeização das mentalidades e costumes, os indivíduos deveriam adquirir a convicção da importância que o Estado tinha na preservação da saúde, bem estar e progresso da população. Surge então a necessidade premente de se organizarem formas de coerção capazes de redefini-lo aos olhos das famílias. O poder estatal de inimigo deveria passar a aliado. Nesse momento, as técnicas disciplinares saem do ostracismo colonial e começam a ocupar o primeiro plano da cena política urbanas. O sucesso da higiene indica essa revisão estratégica no trabalho de fissão e reestruturação do núcleo familiar.²⁴⁶

Após a invasão de Fortaleza pela epidemia de varíola e pelos indigentes, tornou-se claro para o poder provincial a necessidade de criar aparatos burocráticos para controlar e disciplinar esses indivíduos, a utilização da medicina social foi implantada tanto na construção de espaços de contenção dos doentes como desocupados, afinal foram construídos além dos Lazaretos, o Hospital da Misericórdia e a cadeia pública. A ideia premente no período era controlar a população indesejada da cidade, disciplinando e tornando-os aptos a cidade moderna que os fortalezenses almejavam.²⁴⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de uma cidade moderna e livre das ameaças das epidemias emergiu com mais força a partir das epidemias de varíola que Fortaleza sofreu nos anos de 1845-1846, levaram o governo provincial a tomar medidas preventivas para conter a epidemia que se alastrava pela Capital. Dentre as medidas preventivas o governo provincial tornou a vacina contra a varíola

²⁴⁵ GODINHO, Eunice Maria. Educação e disciplina. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995, p. 68.

²⁴⁶ COSTA, M. C. L.: Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza'. História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. 11(1): 57-74, jan.-abr. 2004. p. 56-57

²⁴⁷ OLIVEIRA, Cláudia Freitas de O asilo de alienados São Vicente de Paula e a institucionalização da loucura no Ceará (1817-1920). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós - Graduação em História. Recife, 2011.

obrigatória, além de definir espaços para a construção de residências para os variolosos, além de medidas que eram veiculadas constantemente na cidade tais como a manutenção da limpeza das casas e ruas, o cuidado ao selecionar alimentos consumidos, a aplicação de banhos frios para prevenir a febre, além da exigência de que o governo provincial fiscalizasse as embarcações que chegavam ao porto.

Em meio ao medo que assolava a cidade sobre as epidemias, ocorreu a implantação de políticas de salubridade na cidade. Diante desse contexto, os médicos e sanitaristas percorriam as ruas de Fortaleza aplicando as modernas teorias da medicina europeia analisando as questões de insalubridade ao mesmo tempo em que levantavam suposições acerca dos fatores físicos e sociais que eram considerados perigosos para a salubridade da cidade. Dentre os principais fatores apontados pelas equipes médicas que percorriam a cidade, podemos destacar a água e o ar, afinal tudo que impedia a livre circulação da água e do ar eram considerados prejudiciais sendo, pois necessárias medidas corretivas para essas situações.

Explicar a teoria dos miasmas para a população não era uma tarefa fácil para os médicos de Fortaleza, afinal os miasmas eram invisíveis sendo detectados apenas pelo olfato. Os médicos difundiam as ideologias dos manuais médicos, segundo os quais, os miasmas eram provenientes de materiais em decomposição, sendo, pois percebidos pelo cheiro forte que emanavam, além do que afirmavam que elementos em putrefação eram os responsáveis pela contaminação do ar que ao ser respirado pelos transeuntes geralmente provocavam doenças como febres, cólera, varíola dentre outras.

De acordo com as teorias médicas da época, o ar era o responsável pela aquisição de doenças, afinal ao respirar os odores pútridos o mesmo entrava nos pulmões e ocasionava as doenças, a partir dessas explicações à teoria dos miasmas, e odores ganhava força na classe médica, que passava a perseguir os odores e a defender a salubridade da cidade e os ambientes da urbe, desde praças, igrejas, parques, hospitais entre outros espaços por onde os indivíduos circulavam. Por ocasião da fundação da Santa Casa de Misericórdia, ela ficou responsável pelo cuidado médico dos militares, e da população. A partir daí inicia-se uma verdadeira guerra dos poderes públicos para manter a salubridade na cidade, para isso estipula estratégias de controle não apenas dos espaços públicos mais também do comportamento dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. Utopias e Realidades. Uma Antologia (1965). São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

CLAVAL, P. As abordagens da geografia cultural. IN: **Explorações Geográficas**. (Orgs) I. Castro et al. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. Pp.89-117, 1997.

COSTA, M. C. L.: Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza'. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, vol. 11(1): 57-74, jan.-abr. 2004. p. 56-57.

FOUCAULT, Michael. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro. Graal. 1984.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GODINHO. Eunice Maria. **Educação e disciplina**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**. Fortaleza: Stylus comunicações, 1991.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**. A trajetória da Arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal. (1981).

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. **O asilo de alienados São Vicente de Paula e a institucionalização da loucura no Ceará (1817-1920)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós - Graduação em História. Recife, 2011.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1830)**. 2.ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. 1999.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Datas e Factos para a História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, Biblioteca Básica Cearense, edição fac-símile, vol. II, 2001.